



ATA Nº. 2/2024

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 03/12/2024

---Aos três dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e quatro, pelas quinze horas, reuniu, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Albufeira, em sessão ordinária, a Assembleia Intermunicipal do Algarve, para debater os seguintes pontos da ordem de trabalhos:-----

I – Período de Antes da Ordem do Dia:-----

1. Aprovação da ata da sessão anterior;-----
2. Apreciação, discussão e deliberação de moções e recomendações apresentadas bem como apreciação e discussão de assuntos de interesse para a Comunidade Intermunicipal, de âmbito local ou regional.-----

II – Período da Ordem do dia:-----

1. Informação do Presidente do Conselho Intermunicipal acerca da atividade da Comunidade Intermunicipal do Algarve;-----
2. Ratificação da deliberação do Conselho Intermunicipal de 6 de setembro de 2024, que aprovou a 2ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano (GOP) do ano de 2024;
3. Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, do Plano de Recrutamento para o ano de 2025;-----
4. Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, do Mapa de Pessoal para o ano de 2025;-----
5. Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2025;-----
6. Informação sobre os compromissos assumidos ao abrigo da autorização prévia concedida para o ano 2024.-----

---A mesa estava constituída pelo Presidente, José Manuel Correia Águas da Cruz, a convite deste ao grupo do PSD, Cláudia Suzana Silva da Luz (PSD) em substituição do Vice-Presidente, Tiago Botelho Martins da Silva e a Secretária, Célia Maria Marques da Rosa Paz.-----

---Após a apresentação de cumprimentos a todos, o Presidente da Assembleia informou que esta sessão está a ser transmitida on-line nas redes sociais da AMAL, ficando ainda disponível na plataforma YouTube. Disse que a sessão está a ser realizada no concelho de Albufeira, no âmbito do roteiro da Assembleia Intermunicipal em Movimento, que já percorreu vários municípios do Algarve e que tem como objetivo desenvolver uma política de

proximidade, levando a Assembleia Intermunicipal do Algarve ao encontro dos cidadãos algarvios, estimulando a sua participação na discussão dos assuntos de relevância regional. Agradeceu aos Presidentes, da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal de Albufeira, pela forma calorosa como acolheram a realização desta sessão no seu município, assim como a todos os trabalhadores envolvidos na organização. Recomendou que desligassem os telemóveis ou colocassem em modo de silêncio, por forma a não prejudicar o funcionamento desta sessão e informou não ser permitido o registo de som ou imagem, sem autorização prévia da Mesa, exceto aos órgãos de comunicação social.-----

---Estando presente o Vice-Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, Cristiano Cabrita em representação do Presidente, usou da palavra para cumprimentar os presentes, felicitar a iniciativa tomada pelo Presidente da Assembleia Intermunicipal na realização desta sessão no concelho de Albufeira e apresentar a todos votos de um excelente trabalho.-----

---Também Francisco José Pereira de Oliveira, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira, apresentou cumprimentos de boas vindas e referiu a relevância deste órgão na região salientando que por ser composto por deputados municipais de todos os municípios do Algarve e diferentes posições partidárias era importante que todos se sintam numa perspectiva Intermunicipal, parte essencial e integrante na resolução dos desafios com que se depara a região, conjugando esforços e laços de cooperação na construção de um Algarve mais coeso, próspero e sustentável, não só para quem nos visita mas para todos os algarvios.-----

---Seguidamente o Presidente da Assembleia Intermunicipal, deu conhecimento da entrada nos serviços de três documentos e respectivos despachos, designadamente:-----

---Email da Assembleia Municipal de Faro dando conhecimento da transição do membro do PAN, na Assembleia Municipal de Faro, Paulo Sérgio de Jesus Baptista, para membro independente. Foi de imediato efectuado esta alteração na Assembleia Intermunicipal.-----

---Email da Assembleia Municipal de Faro dando conhecimento do pedido de suspensão de mandato, pelo período de 364 dias, de Tiago Botelho Martins da Silva, ao que de acordo com a legislação em vigor será substituído por Ana Catarina Pina Águas, membro a seguir na lista apresentada pela Assembleia Municipal de Faro.-----

---Carta de Debora Andreia Moniz dos Santos Ferreira Quaresma, datada de 20 de novembro, a solicitar a sua renúncia de mandato que nos termos da legislação em vigor foi substituída por João Varela dos Santos. Estando presente e verificada a identidade e legitimidade para o cargo, tomou posse e iniciou funções de imediato.-----

---Seguidamente a Secretária da Mesa procedeu à chamada da lista dos membros que compõem esta Assembleia, tendo-se verificado as seguintes presenças:-----

---Carlos Sérgio Freire Quintino (PSD), Francisco José Pereira Oliveira (PS), Carlos Mendes (MIPA), António Marques Romeira Matias (PS), Ivo Rafael Maltez Amendoeira (PS), Zita Maria Duarte Glória (Renascer), João Alfredo Fernandes Teixeira (PSD), Ernestina Maria

Valongo Martins de Castro (PSD), Teresa Alexandra Viegas Carvalho (PSD) em substituição de Tiago Botelho Martins da Silva (PSD), Paulo Sérgio Baptista (Independente) em substituição de Luís Manuel Fernandes Coelho (PS), Cláudia Suzana Silva da Luz (PSD), Beatriz Graziela Calafate (PS) em substituição de Tatiana Henriques Homem de Gouveia (PS), José Manuel Correia Águas da Cruz (PS), Luís Pedro Vieira Ribeiro (PS), Maria Licínia Mendes Lourenço (PS), Vítor Manuel Grade Martins Sobral (PS), Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos (PS), David Eduardo Vicente Roque (BE) em substituição de Mílvia Filipa Pires Campos Gonçalves (PSD), Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato (PS), Fernando Ildefonso (LCF) em substituição de José Manuel da Glória de Oliveira (CDU), Carlos Manuel Pontes Costa (PS) em substituição de Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes (PS), Marco Alberto Morgado Pires (PSD) em substituição de João Carlos Dias dos Santos (PSD), Fernando Pereira Marques (PS) em substituição de Maria Esteves Ferreira Lourenço (PS), Barbara Maria do Amaral (PSD) em substituição de Cláudia Isabel Martins Mendes (PSD), Abel Filipe dos Santos Matinhos (PS), Elisabeta Ecaterina Necker (PS), Vitor Manuel dos Santos Correia (PS) em substituição de Carlos Bruno Correia de Almeida (PS), Paulo Alexandre Duarte Rosa (PSD), João Gabriel Calabreta Martins (PS), Francisco José Moleiro dos Santos (PSD), Tatiana Lourenço Queirós (PS), Isabel Andrez Guerreiro (PS), José Figueiredo Santos (PS), Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves (PS), Maria de Lurdes de Sousa Vales Melo Nogueira (CDU) em substituição de Pedro Miguel Sousa da Mota (BE), Carlos Gouveia Martins (PSD), João Pedro Gonçalves Marques Caetano (CPMF) em substituição de Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano (CPMF), João Manuel Rodrigues Grenhas (PS), Fabiano Viegas Rodrigues (PSD), João Varela dos Santos (CDU), Ana Sofia Belchior da Silva Ferreira (PS), José Epifânio Martins Graça (PS), Jorge Humberto Martins Corvo (PSD), Gilberto Repolho dos Reis Viegas (PSD), Armindo Paulo Leal Vicente (PS), Célia Maria Marques da Rosa Paz (PS), Manuel Filipe Pôla Alturas (PS), Anabela da Conceição Lança Marques (PSD), David Miguel Vasques Silva (PSD).-----

---Faltaram os seguintes membros: António Manuel Dias Mendonça (CDU), Hélder Nuno Silda do Carmo (PS), Bruno Chicharo Pereira (CDU), José Pedro da Silva Soares (PSD).-----

---Os seguintes membros faltaram mas apresentaram justificação: Leonardo Manuel Teixeira do Paço (Independente), Graça Maria da Palma Pereira (PSD), João Manuel Camacho Gameiro Alves (PSD), Muriel Cristina Dias Neto (PSD), Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves (PS).-----

---Estiveram também presentes: Ana Paula Martins, Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal e Joaquim José Brandão Pires, Primeiro Secretário, da Comunidade Intermunicipal do Algarve.-----

---Apesar de os serviços não terem recebido a comunicação do pedido de substituição de Suzana Joaquim (PS), foi confirmado a sua intenção de comunicação e estando presente na sala a substituta a seguir na lista, Beatriz Calafate, a Assembleia aceitou a sua participação

na sessão. Feita a chamada e verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão.-----

I – Período de Antes da Ordem do Dia:-----

1. Aprovação da ata da sessão anterior: Pedindo a palavra Francisco Moleiro discordou que, desde a sessão de abril de 2023, após uma intervenção de José Manuel da Glória Freire, se deixasse de utilizar na transcrição das atas a designação de “deputado intermunicipal” quando se refere aos autarcas desta Assembleia e passasse a utilizar outras expressões, como “ Senhor (a)” e “membro”. O Presidente da Mesa esclareceu que, na altura, foi aceite a sugestão daquele membro porque tanto a lei como o regimento em vigor nesta Assembleia, designa de “ membros” os eleitos que a compõem. Mais informou que na Assembleia Municipal de Lagoa, na qual é Presidente, os elementos que fazem parte dela são tratados por “ Deputados Municipais”.-----

---Maria Joaquina Quintans de Matos informou que na Assembleia Municipal de Lagos todos os autarcas são tratados por “membros”. Após debate, ficou acordado que, embora nas sessões se possa utilizar verbalmente outras formas de tratamento, na transcrição da ata se utilize a expressão de “ membro “.-----

---Colocada à votação, a ata da sessão anterior foi aprovada por unanimidade dos membros presentes naquela sessão.-----

2. Apreciação, discussão e deliberação de moções e recomendações apresentadas bem como apreciação e discussão de assuntos de interesse para a Comunidade Intermunicipal, de âmbito local ou regional: O Presidente da Mesa informou que deu entrada nos serviços, dentro do prazo previsto, um voto de louvor, apresentado pela bancada do PSD, intitulado “Aos Governos de Portugal e de Espanha pela Cimeira Ibérica que teve lugar em Faro”, documento numero um, apenso a esta ata. Após a leitura efetuada pelo membro Carlos Quintino, a mesma foi colocada à discussão.-----

---Paulo Batista informou que irá votar a favor deste voto de louvor, por concordar com o espírito desta Cimeira e ter sido realizada em Faro, contudo no que se refere às soluções nela apontadas para a resolução da escassez de água no Algarve disse discordar com o transvase do Pomarão, dessalinizadoras ou construções de barragens, por entender que será um erro e só virá minimizar o problema, tendo em conta que a escassez de água não é só no Algarve mas no planeta em geral, onde a água potável representa apenas dois e meio por cento da existente e onde se verifica mundialmente perdas exorbitantes. Fazendo uma longa reflexão sobre dados disponíveis pela NASA e outras entidades a nível mundial, comentou que sendo um bem natural e vital e que está a escassear, a sua preservação e utilização carece de tomada de medidas globais, mais estruturantes que promovam uma melhor gestão e planificação nos seus gastos. No que se refere ao Algarve considerou que, aquando da aprovação de projetos de unidades hoteleiras, de campos de golf ou até campos de plantação de determinadas culturas, deveria-se ter em atenção os consumos de água que serão gastos

com a sua implementação e o impacto que os mesmos acarretam para a região.-----

---Vitor Sobral informou que a bancada do PS irá se abster e entregará no final da sessão, uma declaração de voto. Terminada a sua discussão, este voto de louvor foi aprovado por maioria com 26 votos a favor, 2 votos contra e 21 abstenções, distribuídos entre as diferentes forças políticas, aqui representadas da seguinte forma: PS – 7 votos a favor, 2 votos contra e 17 abstenções; PSD – 15 votos a favor; CDU – 2 abstenções; BE – 1 abstenção; CPMF – 1 voto a favor; LCF – 1 voto a favor; Renascer – 1 abstenção; INDEPENDENTE – 1 voto a favor e do MIPA – 1 voto a favor.-----

---Vitor Sobral apresentou verbalmente uma declaração voto tendo o Presidente da Mesa solicitado que a mesma fosse enviada para os serviços, a fim de poder ficar integralmente, transcrita em ata.-----

---Pedindo a palavra Carlos Costa informou que a concessão da distribuição de energia elétrica em baixa e iluminação pública às populações é da responsabilidade dos Municípios e que os do Algarve tinham mantido até ao ano 2022, à exceção do Município de Castro Marim que é até 2025, contratos com a empresa concessionária E-Redes. Afirmando que o serviço prestado por aquela empresa, no que concerne à iluminação pública, se verificou muito deficitário, causando muitos e graves problemas às populações, opinou que os Municípios podem, na próxima contratualização que deverá ocorrer até junho próximo, separar o fornecimento destes dois tipos de energia eléctrica e fazer a gestão do fornecimento da iluminação pública de outro modo que permita a diminuição de falhas e melhoria do serviço a prestar às populações. -----

---Paulo Batista pretendeu saber se os Municípios do Algarve tinham sentido alguma melhoria na prestação dos serviços por parte da Algar, na recolha de resíduos recicláveis sólidos e que desafios ainda seriam necessários para tornar essa recolha mais eficiente e sustentável.-----

--- Elisabeta Ecaterina Necker denunciou uma situação grave, levantada no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Almansil, que se prende com a falta de técnicos especializados nas áreas da psicologia clínica, pedopsiquiatria e terapia da fala para fazer face às necessidades dos alunos que frequentam aquele estabelecimento de ensino. Referiu que se trata de um numero bastante elevado de alunos que possuem dificuldades específicas ao nível do seu comportamento, como perturbações de autismo, distorções, e comportamentos inadequados e conflituosos, que causam problemas ao nível do seu desenvolvimento e da inclusão social.-----

---Pedindo a palavra, João Alfredo Fernandes Teixeira disse concordar com a designação de “deputados” . Fazendo uma longa reflexão sobre o desenvolvimento e progresso que ocorreu no Algarve nos últimos 30 anos, seus os avanços e recuos, comentou que o Algarve necessita de maior poder reivindicativo. Enumerando algumas das obras estruturantes que foram executadas como a barragem de Odeleite, a construção da IC 27, a via do Infante e ponte do Guadiana afirmou que muitas mais poderiam ter sido executadas, como a

construção da ferrovia entre Faro-Sevilha, novo hospital central, eletrificação da linha férrea, entre outras, que certamente teria contribuído para uma melhoria de vida no Algarve e dos algarvios. Disse que concorda com a construção da barragem da Foupana, e de outras mais pequenas, ao longo da serra algarvia, como fonte de armazenamento de água mais pura e natural, que a proveniente de uma dessalinizadora. Revoltado com a inércia que existe no País e em especial na região mas esperançado ao mesmo tempo, apelou a todos que juntos, independentemente das forças políticas de cada um, se defenda a região e se exija ao Governo a construção de obras e infra estruturas que revolucionem políticas de desenvolvimento na região e se consiga deixar para as gerações vindouras, um Algarve mais desenvolvido e próspero.-----

---Fernando Ildefonso solicitou esclarecimentos sobre o ponto de situação em que se encontravam os processos do Matadouro móvel, do POC Odeceixe-Vilamoura e do hospital Central do Algarve, documento número dois, apenso à ata.-----

---Respondendo às questões atrás efetuadas, a Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal da AMAL, Ana Paula Martins, informou que os municípios do Algarve, no âmbito da AMAL, não têm nada decidido quanto ao modelo de contratualização da concessão da energia elétrica em baixa e iluminação pública. Sobre a Algar disse que os serviços prestados no Município de Tavira, no qual é Presidente, melhoraram substancialmente no último ano e que o principal problema da Algar incide no fato dos objetivos definidos pelo Governo, na altura da sua concessão, estarem desajustados da realidade e das necessidades que existem, neste momento, na região. E justificou que, se os Municípios exigirem mais e melhores serviços, para além do que está contratualizado, a Algar não inviabiliza a sua prestação, mas os municípios terão que assumir esses custos, que seguidamente irão fazer reflecti-los nos consumidores finais. Quanto ao Matadouro móvel, informou que a AMAL vai continuar a acompanhar este processo, ele parou por falta de legislação que permitisse criar o seu modelo de gestão. Sobre o POC disse que a AMAL não acompanhou esse processo, estando sob a alçada da APA e em relação à construção do Hospital Central do Algarve irá continuar a lutar pela sua construção. A terminar acrescentou que é Vice-Presidente da AMAL há poucos meses e que é com enorme prazer que participa nesta sessão, em substituição do Presidente. Para complementar a sua informação solicitou a intervenção do Primeiro Secretário.-----

---Intervindo o Primeiro Secretário informou que a questão da separação da contratualização da energia elétrica em baixa da iluminação pública, já foi debatida na AMAL em tempos, tendo na altura, merecido a concordância de todos os municípios do Algarve e que provavelmente neste momento deverá voltar-se à sua discussão. Sobre a situação levantada por Elisabeta Ecaterina Necker, informou que esse levantamento já foi feito e identificados esses e outros problemas graves que afligem muitos jovens no Algarve, no Plano de Desenvolvimento Social do Algarve. Informou que existem programas como o Programa

Intermunicipal de Combate ao Insucesso Educativo e o Programa TEIP- Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, mas que são insuficientes para colmatar todas as necessidades da região. A título informativo comentou que a Associação, Os Amigos dos Pequenininos, de Silves candidatou-se a verbas do PRR, para a construção de uma residência onde irá acolher crianças de todo o Algarve com deficiências do foro mental. Em relação à situação política e social no Algarve comentou que existe um elevado deficit de investimento publico na região em prol de um modelo de gestão privada que expulsa os qualificados, afastando a riqueza, e atraí os mais pobres, caminhando-se para a pobreza.-----

II – Período da Ordem do dia:-----

1. Informação do Presidente do Conselho Intermunicipal acerca da actividade da Comunidade Intermunicipal do Algarve: - O Presidente da Assembleia Intermunicipal informou que foi disponibilizado atempadamente, no site da AMAL o documento que explana a actividade da AMAL desenvolvida nos últimos tempos e por isso considera não haver necessidade de sua apresentação, por parte da Vice- Presidente do Conselho Intermunicipal. Não tendo havido quaisquer intervenções a registar passou-se de imediato à discussão do ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----

2. Ratificação da deliberação do Conselho Intermunicipal de 6 de setembro de 2024, que aprovou a 2ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano (GOP) do ano de 2024: A Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal manifestou o seu apreço pela actividade desenvolvida pela AMAL nos últimos anos, na resposta aos enormes desafios e novas competências atribuídas pelo Governo e na gestão das verbas do PRR. Solicitada a intervenção do Primeiro-Secretário para apresentação deste ponto da ordem de trabalhos, este esclareceu que esta deliberação do Conselho Intermunicipal vem para ratificação da Assembleia Intermunicipal, por ter sido urgente inscrever nas GOP e Orçamento, o Plano Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar do Algarve, que foi alvo de uma candidatura no âmbito do aviso ALGARVE-2024-4 do Programa Regional ALGARVE 2030 e que embora tenha sido incluída nas GOP não foi reflectida qualquer verba no Orçamento, por não se ter conhecimento na altura detalhes sobre o Aviso ALGARVE-2024-4. Não tendo havido quaisquer inscrições, passou-se de imediato à aprovação deste ponto da ordem de trabalho. Feita a votação foi a mesma aprovada por maioria com 26 votos a favor e 21 abstenções, distribuídos entre as diferentes forças políticas, aqui representadas da seguinte forma: PS – 25 votos a favor; PSD – 15 abstenções; CDU – 2 abstenções; BE – 1 abstenção; CPMF – 1 abstenção; LCF – 1 abstenção; Renascer – 1 abstenção; INDEPENDENTE – 1 voto a favor.---
---O membro do MIPA ausentou-se da sala.-----

3. Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, do Plano de Recrutamento para o ano de 2025: A pedido da Vice- Presidente, o Primeiro-Secretário esclareceu que neste documento estão evidenciadas as necessidades, ao nível de recursos humanos da AMAL para fazer face à gestão das novas responsabilidades

assumidas pela AMAL, no reforço de técnicos qualificados nas áreas da Mobilidade e Transportes, Fundos Comunitários e ainda na nomeação de duas chefias intermédias.-----

---Não tendo havido quaisquer intervenções a registar, foi de imediato colocado à votação o Plano de Recrutamento para o ano 2025, tendo sido aprovado por unanimidade, com 47 votos a favor.-----

---O membro Carlos Quintino disse que a bancada do PSD dá um voto de confiança à AMAL, na contratação de novos funcionários, tendo em conta às responsabilidades e competências que vem assumindo, nos últimos tempos.-----

4. Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, do Mapa de Pessoal para o ano de 2025: Não tendo havido quaisquer intervenções a registar, foi de imediato colocado à votação tendo o Mapa de Pessoal para o ano 2025, sido aprovado por unanimidade com 47 votos a favor.-----

5. Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2025: A Vice-Presidente fez uma breve apresentação dos projetos, planos, programas e actividades que a AMAL irá desenvolver no próximo ano, nomeadamente na área da Mobilidade e Transportes enquanto Autoridade Regional de Transportes na região, no Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC), no reforço do Gabinete Florestal e na operacionalização dos gabinetes florestais municipais, na Central de Compras, na área da recolha de resíduos BIO, na gestão das verbas que no âmbito do PRR, na eficiência hídrica, entre outros.-----

---Francisco Moleiro sugeriu que a AMAL partilhasse com as Assembleias Municipais, através da realização de sessões para o efeito, os projetos e acções que está a desenvolver, nomeadamente na recolha de resíduos, tendo em conta a obrigatoriedade da aplicação de taxas pelo sistema PAYT (pay as you throw) já a partir do próximo mês de janeiro, para o sector do comércio, restauração e indústria e em 2030 a aplicar-se a todos os consumidores.-

---Respondendo às questões levantadas, o Presidente da Assembleia esclareceu que de acordo com a lei das autarquias locais, uma das competências das Assembleias Municipais é a de convocar o Primeiro Secretário da Comunidade Intermunicipal para responder perante os seus membros pelas actividades desenvolvidas pela CIM, quer ao nível da gestão de fundos, quer de planos intermunicipais, o que no seu entender é de extrema importância, pois permite uma partilha de informação pelos membros das Assembleias Municipais. -----

---José Graça comentou que a AMAL tem vindo a consolidar o seu papel na região e a merecer por parte de entidades nacionais e regionais a sua confiança, notoriedade essa que considerou ser reconhecida por parte do Governo quando atribuiu à AMAL a gestão dos fundos comunitários para de realização de projetos e planos intermunicipais, nomeadamente nas áreas da mobilidade e transportes, sustentabilidade e acção social. Relembrando o falecido ex-presidente da AMAL, Carlos Tuta e a importância da sua atividade nos anos 90, na então, Associação de Municípios sublinhou que o Poder Local enfrenta todos os dias

desafios com a transferências de competências e os Municípios do Algarve tem sabido gerido essas competências, de uma forma conjunta, no seio da AMAL. Salientou ainda o fato dos municípios de Lagoa e Tavira terem sido galardoados este ano, pela boa gestão financeira praticada nos últimos anos e dos municípios de Portimão e Vila Real de Santo António terem recuperado substancialmente, a sua situação financeira.-----

---O membro Paulo Batista fez uma breve reflexão sobre alguns dos projetos incluídos nas Grandes Opções apontando algumas deficiências e sugestões, designadamente sobre a Mobilidade e Transportes, gestão do Parque Natural da Ria Formosa, Plano de Alterações Climáticas e Resíduos Urbanos com o novo sistema PAYT. A terminar disse que irá votar a favor deste documento, tendo em conta que a AMAL tem reforçado o seu papel e suas responsabilidades nestes domínios o que também reforça esta Assembleia.-----

---Em resposta a Vice – Presidente informou que alguns dos municípios do Algarve já iniciaram algumas acções na área da recolha dos resíduos, em relação ao novo sistema. -----

---O Primeiro-Secretário informou que neste final de ciclo autárquico houve a preocupação da AMAL “arrumar a casa” e deixá-la preparada para os desafios que se avizinham. Quanto aos projetos incluídos nas Grandes Opções, informou que assentam sobretudo em 4 áreas distintas enumerando: na área da Mobilidade e transportes, referiu que muito se tem feito mas dado a situação territorial e geográfica da região e o estilo de vida das populações, não tem sido fácil obter melhores resultados na sua utilização; na área do ambiente, referiu que há a necessidade de ser revisto o Plano de Alterações Climáticas da AMAL - PIAAC-AMAL, para a inclusão das medidas de mitigação e para a integração de outras áreas tidas como relevantes; na área Social referiu que o Algarve tem as piores taxas de pobreza e de inclusão motivada pelos baixos salários e condições de vida dos seus habitantes, principalmente emigrantes.-----

---João Gonçalves Caetano comentou que o Plano Social é muito genérico em relação às necessidades na região e sugeriu que a AMAL alavanca-se a revisão do PROT Algarve, por forma a se tornar mais eficiente e dinamizador para o desenvolvimento do Algarve.-----

---Vitor Sobral pretendeu saber que projetos estão incluídos prós Municípios na área da digitalização e cibersegurança, ao que o Primeiro Secretário esclareceu que a AMAL tem estado a fazer uma transformação digital ao nível da sua gestão documental e no âmbito do projeto Algarve+Digital, está a dar continuidade ao mesmo, prevendo-se várias iniciativas, tais como processo de licenciamento urbano digital, desmaterialização de processos internos, serviços web/online aos cidadãos e empresas e cibersegurança, onde os municípios poderão candidatar no quadro da estratégia sub-regional definida NUTS III dinamizada pela AMAL, no âmbito do Instrumento Territorial Integrado (ITI-CIM) contratualizado com a Autoridade de Gestão do Programa Regional ALGARVE 2023.-----

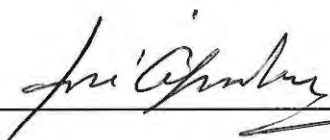
Terminadas as intervenções, foi colocado à votação as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2025. Quanto às Grandes Opções do Plano o valor total é de

dezasseis milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, trezentos e três euros (16.847.303 euros). No que se refere ao Orçamento, o seu valor total é de dezoito milhões, setecentos e onze mil, duzentos e cinquenta e dois euros (18.711.252 euros). Feita a votação, foram ambos os documentos aprovados por maioria com 29 votos a favor e 16 abstenções, distribuídos entre as diferentes forças políticas, aqui representadas da seguinte forma: PS – 25 votos a favor; PSD – 13 votos abstenções; CDU – 2 abstenções; BE – 1 voto a favor; CPMF – 1 abstenção; LCF – 1 voto a favor; Renascer – 1 voto a favor; INDEPENDENTE – 1 voto a favor. Os membros João Alfredo Fernandes Teixeira e Ernestina Maria Valongo Martins de Castro ausentaram-se da sala.-----

6. Informação sobre os compromissos assumidos ao abrigo da autorização prévia concedida para o ano 2024: O Presidente da mesa informou que foi dispensada a apresentação deste assunto por ter sido disponibilizado o documento, atempadamente a todos, no site da AMAL, para consulta, tendo os membros dele tomado conhecimento. Não houve quaisquer inscrições. -----

--Posto isto, foi colocada à votação a proposta de minuta das deliberações tomadas, tendo as mesmas sido aprovada por unanimidade-----

A terminar a sessão o Presidente da Assembleia endereçou a todos votos de Boas Festas. E não havendo mais assuntos a tratar, declarou encerrada a sessão, quando eram dezanove horas e vinte minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente e por mim, Almerinda Maltinha designada para o efeito a redigi. -----





Sessão Ordinária da Assembleia Intermunicipal do Algarve

3 de dezembro de 2024

Voto de louvor

Aos Governos de Portugal e de Espanha pela Cimeira Ibérica que teve lugar em Faro

Os representantes do Partido Social Democrata com assento na Assembleia Intermunicipal do Algarve, vêm propor que a Assembleia Intermunicipal do Algarve, reunida em sessão ordinária, na cidade de Albufeira, no dia 3 de dezembro de 2024, **delibere um Voto de Louvor aos Governos de Portugal e de Espanha pela Cimeira Ibérica que teve lugar em Faro no passado dia 23 de Outubro, tendo como tema central "Água um bem comum"**.

Considerando que:

- 1- Faro, capital do Algarve acolheu no passado dia 23 de Outubro uma Cimeira Ibérica com a participação dos mais altos dignatários dos governos dos respetivos países, Luís Montenegro, Primeiro-ministro do Governo de Portugal e Pedro Sánchez, Presidente do Governo de Espanha;
- 2- A XXXV Cimeira Luso-Espanhola é um marco histórico para Faro e para o Algarve;
- 3- As personalidades em causa foram objeto da outorga da Chave de Honra da Cidade de Faro, circunstância que visou ilustrar reconhecimento pela sua importante presença no concelho e na região;
- 4- Desta Cimeira Luso-Espanhola resultaram importantes decisões para o Algarve, a saber:
 - 4.1 A definição das condições de utilização da água do Rio Guadiana, o qual é uma peça vital para assegurar o abastecimento público e combater os efeitos da seca na região;
 - 4.2 A tomada de água no Pomarão inscrita no Plano de Recuperação e Resiliência em 2021;
 - 4.3 O avanço definitivo da Ponte Alcoutim-Sanlúcar de Guadiana, o qual carecia da assunção de Espanha das infraestruturas em solo Espanhol para se materializar;
 - 4.4 A previsão do estudo de viabilidade da ligação ferroviária Algarve-Andaluzia, tema do maior interesse e prioridade para o desenvolvimento do espaço de afirmação económica e social regional, a qual tem figurado, ao longo dos anos, nas opções dos governos portugueses, mas a que tradicionalmente Espanha oferece maior resistência.

Os representantes do Partido Social Democrata com assento na Assembleia Intermunicipal do Algarve, vêm propor que a Assembleia Intermunicipal do Algarve, reunida em sessão ordinária, na cidade de Albufeira, no dia 3 de dezembro de 2024, **delibere:**

Um Voto de Louvor pela iniciativa do XXIV Governo da República Portuguesa em escolher Faro para albergar a XXXV Cimeira Luso-Espanhola e pelas importantes decisões para o Algarve que desta resultaram, e do mesmo modo, a forma diplomaticamente exemplar como se conduziu o Governo Espanhol nas interações com a nossa região.

Albufeira, 3 de dezembro de 2024

Pelos Deputados Intermunicipais do Algarve eleitos pelo PSD

O Líder da Bancada

Assinado por: **CARLOS SÉRGIO FREIRE QUINTINO**

Num. de Identificação: 10093396

Data: 2024.11.28 11:45:07+00'00'



Eng. Carlos Quintino



Assembleia Intermunicipal do Algarve

3 de dezembro de 2024

Questões cuja resposta se querer

1. Matadouro Móvel para a Região do Algarve

Na nossa região, os produtores agro-pecuários reivindicam há muito uma solução para as suas necessidades, depois de o único matadouro convencional no Algarve ter sido encerrado, em 2007, há cerca de 17 anos, por questões relacionadas com a higiene e saúde pública. Na sequência desta decisão, muitos dos pequenos e médios produtores agro-pecuários abandonaram a atividade.

Sabemos entretanto que foi aprovada, em outubro passado, uma proposta do PS, em que se recomenda ao governo a criação de uma linha de financiamento de matadouros móveis onde se inclui o Algarve, à semelhança do que já acontece aqui na vizinha Espanha.

Com a aprovação desta proposta, pretendia-se reduzir a distância entre o local da exploração pecuária e o matadouro chega a ser muitas vezes superior a 100 quilómetros, o que impacta favoravelmente nos custos acrescidos para o produtor, na limitação da liberdade de comercialização dos pequenos produtores.

Os matadouros móveis configuram-se assim como uma solução inovadora para satisfazer as necessidades específicas dos produtores agro-pecuários e torna esta mais sustentável esta economia circular que aumenta as alternativas no setor económico, potenciando o consumo dos produtos na região em que são produzidos. Desta forma também se estabelece uma relação económica de maior coesão e viabilidade económica entre o interior algarvio (Contexto produtor - serras e barrocal) e o litoral, por excelência turístico, promovendo-se novos investimentos no sector económico primário e, consequentemente, um maior equilíbrio e sustentabilidade económica na região pela diversidade de alternativas.

Sabemos que o anterior governo, criou um grupo de trabalho, no sentido de avaliar a viabilização deste projeto.

Face ao exposto, gostaríamos de saber como tem a AMAL acompanhado este processo junto do novo governo e qual o estado da arte, obtendo das entidades envolvidas os melhores e mais atualizados esclarecimentos.

2. POC Odeceixe-Vilamoura

Segundo o Despacho nº 9316/2019, constante do Diário da República de 3 de outubro de 2019 ficaram definidas as regras para a retoma do POC Odeceixe-Vilamoura com o prazo de 1 ano para a conclusão do mesmo Plano. Decorreram entretanto 5 anos sem que houvesse qualquer conhecimento sobre a referida aprovação e marcação de discussão pública do documento.

Face ao exposto, e dado que se trata de um assunto de âmbito regional, gostaríamos de saber se a AMAL tem encetado contactos com a Agência Portuguesa do Ambiente no sentido de obter mais e melhores informações sobre a situação atual do POC Odeceixe-Vilamoura e qual o estado da arte.

3. Hospital Central do Algarve

Tem sido considerado, nos últimos anos, uma prioridade pelos sucessivos governos que têm desfilado na passadeira do poder, uma infraestrutura essencial para dar resposta às necessidades da população residente e aos turistas que, cada vez mais, nos visitam e sustentam a nossa economia.

Contudo, e apesar de haver consenso regional e nacional sobre esta obra, nada foi feito que consubstancie esta intenção.

Face à manifestação de intenções em avançar com esta obra por parte do novo governo, usando a modalidade de PPP, está a AMAL, enquanto interlocutor privilegiado, a acompanhar este processo, e se sim, como é expectável, que medidas tem tomado junto do governo central para que o processo de elaboração dos projetos de execução, arquitetura e construção da obra avancem e assim se quebre a inércia dos sucessivos governos nos últimos anos sobre esta infraestrutura essencial para a região?

Albufeira, 3 de dezembro de 2024

Fernando Ildefonso

Nota: Solicita-se a inclusão destas questões na respetiva ata.